MACEIÓ, 28/11 A 04/12 DE 2026 - ANO XXVI - EDIÇÃO 1082 WWW.ANOTICIAAL.COM.BR

RISCO FINANCEIRO

Crise no BRB leva CNJ a exigir detalhes sobre depósitos judiciais do TJ de Alagoas



EQUIPE ECONÔMICA

Senador alagoano avalia que a indicação do executivo do Bradesco para o Ministério da Fazenda fortalece a agenda econômica do próximo governo

Renan Filho associa escolha de Luiz Trabuco à redução dos juros e ao compromisso fiscal de Lula







SAÚDE PÚBLICA

Prefeito destacou a importância da melhoria dos equipamentos públicos durante a reinauguração da Unidade de Referência em Saúde da Pitanguinha

Rodrigo Cunha projeta novos avanços para Maceió durante entrega de unidade de saúde reformada



Supremo rejeitou recurso da emissora alagoana e afastou a possibilidade de renovação compulsória do contrato comercial que perdurou por cerca de cinco décadas

TV Gazeta perde por unanimidade no STF e não consegue recuperar afiliação com a Globo

DISPUTA JUDICIAL



Cristiano Zanin interrompeu julgamento de recurso da Câmara dos Deputados que tenta derrubar restrições impostas à servidora, investigada por suspeitas envolvendo R$ 119,2 milhões

Ex-assessora de Lira segue afastada de funções ligadas a emendas após pedido de vista no STF

ORÇAMENTO SECRETO



DISPUTA INSTITUCIONAL

Ministra do STF negou seguimento à reclamação do governador eleito, mas ação que questiona mudanças na legislação da agência reguladora permanece em tramitação



Cármen Lúcia rejeita investida de JHC contra nomeação de Otávio Lessa para a Arsal



EDITORIAL - EXPEDIENTE

EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

O peso das dívidas

A situação judicial envolvendo Fernando Collor, sua esposa e empresas ligadas à Organização Arnon de Mello ganhou mais um capítulo desfavorável ao ex-presidente. Por unanimidade, a Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) rejeitou o recurso apresentado pelo casal contra o redirecionamento da cobrança de dívidas trabalhistas aos sócios de empresas em recuperação judicial. O episódio expõe uma das faces mais delicadas da crise empresarial do grupo: a dificuldade de conciliar a reorganização financeira das empresas com o cumprimento de obrigações trabalhistas.

O detalhe central está no fundamento da decisão. O TST não examinou o mérito de todos os argumentos da defesa. O recurso foi barrado porque, segundo o relator, ministro Sergio Pinto Martins, não indicou expressamente qual dispositivo do artigo 114 da Constituição teria sido violado. A derrota, portanto, ocorreu por uma questão processual e não representa uma decisão definitiva sobre a responsabilidade patrimonial do casal ou o valor das dívidas.

Ainda assim, o caso evidencia os limites da recuperação judicial. O mecanismo permite reorganizar compromissos financeiros e buscar a continuidade das empresas, mas não transforma obrigações trabalhistas em pendências sem importância. Quando a cobrança alcança os sócios, o debate passa a envolver a separação entre patrimônio empresarial e responsabilidade pessoal, um dos pontos mais sensíveis da legislação.

A decisão também não determina bloqueios de bens, novas penhoras ou medidas patrimoniais imediatas. O acórdão apenas manteve o entendimento anterior diante da falha identificada no recurso. Essa distinção precisa ser respeitada, mas não diminui a relevância de um processo que envolve um grupo de comunicação historicamente influente em Alagoas e trabalhadores que aguardam o pagamento de direitos reconhecidos na Justiça.

No fim, a disputa revela uma realidade que vai além dos recursos apresentados pelos advogados: empresas podem buscar proteção judicial para reorganizar suas finanças, mas os direitos de quem trabalhou não desaparecem nesse percurso. Para os trabalhadores, cada etapa processual representa mais tempo de espera por valores que deveriam ter sido pagos. A rejeição do recurso de Collor e Caroline não encerra o caso, mas mantém aberta a discussão sobre até onde pode chegar a responsabilidade dos sócios diante das dívidas acumuladas pelo grupo.



COLUNISTAS

VONEY MALTA

Sem respostas às críticas: silêncio é decretado no governo Paulo Dantas

A decisão faz parte de uma estratégia definida pelo governo. Nenhum auxiliar poderá responder as críticas e ataques, não importa de onde vierem.

Há auxiliares que vão acatar a orientação, mas discordam. Entendem que o governo tem vários pontos positivos que deveriam ser defendidos, apesar dos problemas nesta reta final.

Para contrapor as críticas à saúde, por exemplo, a justificativa técnica seria a degradação da economia nessa reta final.

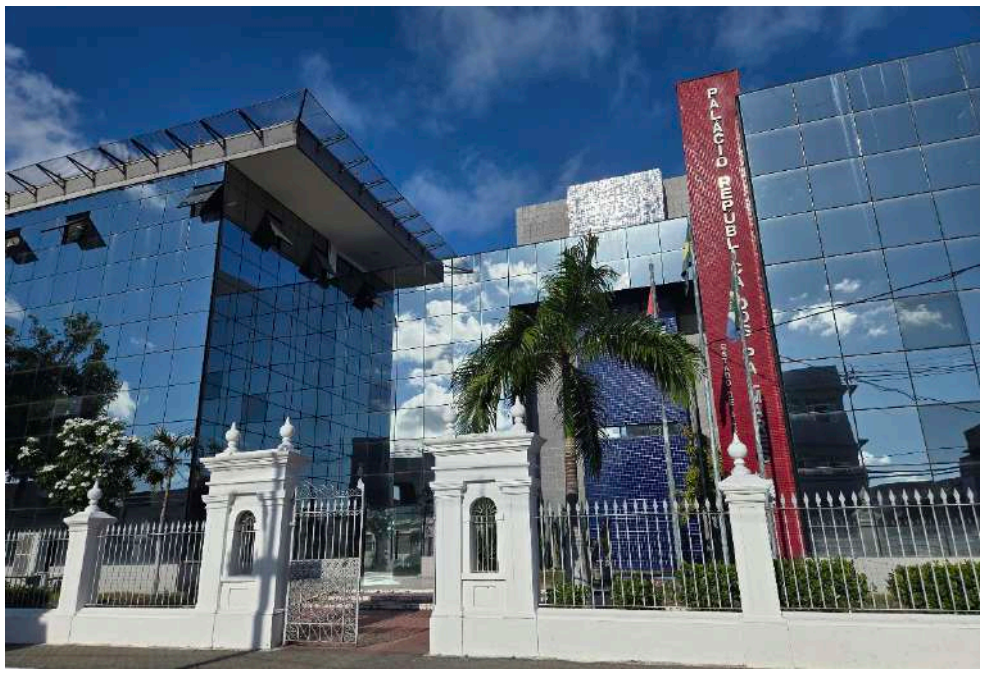
E ainda há 128 creches construídas no governo Paulo Dantas, 59 escolas em tempo integral, 1600 quilômetros de novas estradas, e a atuação competente do discreto secretário de Segurança Flávio Saraiva.

Mas o silêncio está decretado, dizem importantes interlocutores do governo, que detêm informações e estavam prontos para defender a atual gestão.

"O governo tem 80% de acertos e os 20% problemáticos surgiram após a eleição. Com o silêncio, vai prevalecer a parte negativa. Perderemos o legado construído".

De fato, não será possível defender o legado da gestão fora da máquina governamental. Isso significa que JHC e seus auxiliares deverão 'reinar' nas críticas à administração anterior.

Será mel com açúcar para o governo que entra, que poderá culpar a gestão anterior em sua narrativa.



EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernand.oliveira1985@hotmail.com

AdrianoRamos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

O jornal A Notícia é uma publicação diária - AVENIDA JUCA SAMPAIO, 2247 - LOJA 45 SHOPPING MIRAMAR NO SHOPPING MIRAMAR, BAIRRO FEITOSA, MACEIO/AL - CEP: 57.042-530 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAAL.COM.BR redacao@anoticiaal.com.br / comercial@anoticiaal.com.br
Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

EQUIPE ECONÔMICA

Senador alagoano avalia que a indicação do executivo do Bradesco para o Ministério da Fazenda fortalece a agenda econômica do próximo governo

Renan Filho associa escolha de Luiz Trabuco à redução dos juros e ao compromisso fiscal de Lula





O senador Renan Filho (MDB-AL) manifestou apoio à escolha de Luiz Carlos Trabuco Cappi para comandar o Ministério da Fazenda no quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para o parlamentar alagoano, a indicação reforça os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, especialmente em relação ao equilíbrio das contas públicas, à redução dos juros e ao crescimento econômico.

"A escolha de Trabuco para a Fazenda é um sinal positivo. Lula mostra que conhece o caminho para o Brasil avançar. Os compromissos assumidos na campanha com o equilíbrio fiscal, a redução dos juros e o crescimento econômico ganham força", escreveu Renan Filho nas redes sociais.

A manifestação do senador ocorre em meio às discussões sobre a condução da política econômica a partir de 2027. A redução da taxa básica de juros, atualmente em 13,75%, está entre as principais pautas defendidas por aliados do governo federal, que buscam conciliar a responsabilidade fiscal com a ampliação dos investimentos e da atividade produtiva.

A escolha de Trabuco, presidente do Conselho de Administração do Bradesco, também recebeu manifestações favoráveis dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), além de representantes dos setores bancário e industrial.

A indicação repercutiu ainda no mercado financeiro, com a valorização de ativos brasileiros e o fortalecimento do real diante do dólar. A expectativa dos investidores está relacionada à condução da política fiscal pela futura equipe econômica, embora uma eventual redução da Selic dependa das decisões do Banco Central e do comportamento dos indicadores econômicos.

DISPUTA INSTITUCIONAL

Cármen Lúcia rejeita investida de JHC contra nomeação de Otávio Lessa para a Arsal

Ministra do STF negou seguimento à reclamação do governador eleito, mas ação que questiona mudanças na legislação da agência reguladora permanece em tramitação

O governador eleito de Alagoas, João Henrique Caldas, o JHC (PSDB), sofreu um revés no Supremo Tribunal Federal (STF) na disputa pelo comando da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas (Arsal). A ministra Cármen Lúcia negou seguimento à reclamação apresentada contra a decisão do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) que permitiu a nomeação de Otávio Lessa para a presidência da autarquia.

Na reclamação protocolada em 16 de novembro, JHC argumentou que a decisão da Justiça alagoana contrariava entendimentos do Supremo relacionados à autonomia das agências reguladoras e aos limites da interferência política na escolha de seus dirigentes. Cármen Lúcia, entretanto, considerou que não havia correspondência direta entre os precedentes citados e a decisão questionada, advertindo ainda sobre a possibilidade de aplicação de multa caso seja apresentado recurso manifestamente inadmissível.

A disputa teve início após as eleições estaduais, quando o Governo de Alagoas encaminhou à Assembleia Legislativa, em 7 de outubro, uma proposta de alteração da legislação da Arsal. Sancionadas uma semana depois, as mudanças ampliaram para cinco anos os mandatos dos dirigentes da agência e estabeleceram novas restrições à exoneração. Otávio Lessa foi indicado em 23 de outubro e tomou posse em 18 de novembro, após formalizar sua aposentadoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-AL).

Apesar da decisão desfavorável a JHC, o impasse está longe de ser encerrado. A constitucionalidade das alterações legislativas é questionada pelo PSDB na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 8.040, também sob relatoria de Cármen Lúcia. O partido sustenta que as novas regras permitem ao governo em fim de mandato definir a composição da diretoria da agência até 2031 e 2032, ultrapassando o período da próxima gestão estadual.

A decisão da ministra, portanto, não representa uma declaração definitiva sobre a legalidade da nomeação de Otávio Lessa nem sobre a constitucionalidade das mudanças na legislação. Enquanto a ADI permanece em tramitação, o ex-conselheiro continua à frente da autarquia responsável pela regulação e fiscalização de serviços públicos estratégicos, como saneamento básico, gás canalizado e transporte intermunicipal.





RISCO FINANCEIRO

Corregedoria Nacional de Justiça quer saber quanto dinheiro está sob administração do banco, quais garantias foram oferecidas e se há medidas previstas para proteger os recursos

Crise no BRB leva CNJ a exigir detalhes sobre depósitos judiciais do TJ de Alagoas

As incertezas sobre a situação financeira do Banco de Brasília (BRB), instituição investigada pela Polícia Federal, levaram o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a ampliar a fiscalização dos contratos de administração de depósitos judiciais. O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) está entre os quatro tribunais que receberam prazo de 15 dias para prestar esclarecimentos sobre a parceria com o banco.

Segundo informações divulgadas pelo Estadão, o corregedor nacional de Justiça, ministro Benedito Gonçalves, considera que, apesar da aparente regularidade operacional dos contratos, ainda existem dúvidas sobre o volume de recursos expostos a eventuais riscos financeiros, as garantias efetivamente prestadas e a existência de planos de contingência.

Entre as informações exigidas do Judiciário alagoano estão os extratos de movimentações financeiras desde janeiro de 2026, os saldos mantidos na instituição, os documentos que comprovem a capacidade econômico-financeira do banco e a situação contratual da parceria. Também deverão ser relatadas eventuais falhas na execução de ordens judiciais e no pagamento de precatórios.

A preocupação do CNJ está relacionada às investigações envolvendo o BRB, alvo de apurações por suspeita de gestão temerária e operações financeiras com o Banco Master. No âmbito da Operação Compliance Zero, a Polícia Federal investiga a aquisição, pelo banco público do Distrito Federal, de R$ 12,2 bilhões em ativos supostamente inexistentes.

Além do TJAL, os tribunais da Bahia, da Paraíba e do Distrito Federal deverão apresentar as informações solicitadas. No caso de Alagoas, permanece sem divulgação, na reportagem, o montante de recursos judiciais administrados pelo BRB. A fiscalização não significa, necessariamente, que tenham ocorrido irregularidades contratuais ou prejuízos financeiros ao Judiciário alagoano.





DESIGUALDADE NOS REPASSES

Levantamento da CNM aponta concentração de recursos e disparidade entre cidades de pequeno e grande porte

Mais de 70% dos municípios brasileiros não receberam emendas para a assistência, revela levantamento da CNM



A distribuição de emendas parlamentares destinadas à assistência social segue concentrada em poucos municípios. Levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) mostra que, em 2025, dos R$ 612 milhões destinados à área, apenas 1.580 cidades receberam recursos, o equivalente a 28,4% do total. Mais de 70% ficaram sem esse reforço financeiro para manter serviços do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

A desigualdade também aparece no histórico da última década. Entre 2016 e 2025, 1.593 municípios nunca receberam emendas para a assistência social, enquanto apenas 13 foram contemplados todos os anos. Para a CNM, a irregularidade dos repasses dificulta o planejamento e deixa grande parte das administrações sem recursos adicionais para ampliar os atendimentos.

O presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, destaca que, diferentemente da saúde, a assistência social não conta com vinculação constitucional de recursos nem com percentual mínimo obrigatório para emendas parlamentares. Essa ausência de garantias torna o financiamento dos serviços municipais mais vulnerável.

Nos últimos dez anos, as transferências regulares da União para a área caíram 31%, enquanto os recursos provenientes de emendas cresceram 450%, passando de R$ 111,3 milhões, em 2016, para R$ 612,3 milhões, em 2025. No mesmo período, o volume total transferido aos municípios registrou queda real de 11%, ampliando a dependência das indicações parlamentares.

O levantamento ainda revela que apenas 24,4% dos municípios de pequeno porte receberam emendas em 2025, contra 85,6% das grandes cidades. Os valores por habitante variaram entre R$ 2,40 e R$ 14,20 por ano. Ziulkoski ressalta que o orçamento federal destinado ao Suas permanece no mesmo patamar desde 2015 e defende uma avaliação sobre a crescente participação das emendas no financiamento da assistência social.

SAÚDE PÚBLICA

Gestor destacou a importância da melhoria dos equipamentos públicos durante a reinauguração da Unidade de Referência em Saúde da Pitanguinha

Prefeito Rodrigo Cunha projeta novos avanços para Maceió durante entrega de unidade de saúde reformada

O prefeito de Maceió, Rodrigo Cunha, afirmou que a capital alagoana viverá seus melhores anos durante a entrega da reforma da Unidade de Referência em Saúde (URS) da Pitanguinha, na manhã desta quinta-feira (26), no bairro Farol. A inauguração integra o calendário de entregas da administração municipal em comemoração aos 211 anos da cidade.

"Maceió vai viver os melhores anos daqui para frente", declarou Cunha durante a solenidade. O prefeito defendeu que os investimentos na infraestrutura da rede municipal de saúde representam não apenas melhorias físicas, mas também condições mais dignas de atendimento à população.

Durante o evento, Rodrigo Cunha afirmou que todas as unidades de saúde da capital passaram por reformas e destacou a importância de assegurar acessibilidade, conforto e instalações adequadas aos usuários que dependem diariamente dos serviços públicos.

Na Pitanguinha, as intervenções contemplaram serviços de alvenaria, revestimentos, pintura interna e externa, recuperação da cobertura e dos forros, além da modernização das instalações elétricas e hidrossanitárias e melhorias na pavimentação.

A unidade atende moradores da Pitanguinha e de bairros vizinhos, oferecendo serviços de atenção básica, saúde bucal, clínica médica, ginecologia, psicologia, psiquiatria, enfermagem e serviço social.



BASTIDORES POLÍTICOS

Enquanto partidos do Centrão tentam reconstruir pontes com o Palácio do Planalto, emedebistas contam com o alinhamento eleitoral para negociar espaços no novo governo

Lealdade do MDB a Lula pode abrir caminho para Calheiros na Esplanada



A composição ministerial do quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) passa por uma avaliação do comportamento dos partidos durante as eleições de 2026. Nesse cenário, o MDB aparece em posição distinta de outras legendas do Centrão, e o senador Renan Calheiros (AL) figura entre os nomes cotados para integrar o primeiro escalão.

Segundo a colunista Letícia Casado, do UOL, a indicação de Luiz Carlos Trabuco para o Ministério da Fazenda destravou as negociações para a distribuição das demais pastas. A partir de agora, as articulações devem avançar considerando não apenas o peso das bancadas no Congresso Nacional, mas também a relação dos partidos com Lula durante a disputa presidencial.

Republicanos, União Brasil e Progressistas, que apoiaram Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno, buscam ampliar seus espaços no Executivo. Entretanto, setores do PT defendem que essas legendas não sejam tratadas como prioridade, considerando também a falta de apoio em votações importantes durante o atual governo, mesmo ocupando ministérios.

O MDB, por sua vez, é reconhecido por interlocutores petistas por não ter aderido à candidatura bolsonarista no segundo turno. É nesse contexto que o nome de Renan Calheiros ganha espaço nas conversas, associado à sua histórica relação política com Lula e à proximidade do encerramento de seu mandato parlamentar.

A eventual indicação do alagoano estaria inserida, portanto, em uma negociação mais ampla sobre a participação do MDB no próximo governo. A definição dependerá da distribuição das pastas entre os aliados, processo que ainda não foi concluído pelo Palácio do Planalto.

DISPUTA JUDICIAL

Supremo rejeitou recurso da emissora alagoana e afastou a possibilidade de renovação compulsória do contrato comercial que perdurou por cerca de cinco décadas

TV Gazeta perde por unanimidade no STF e não consegue recuperar afiliação com a Globo

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, por unanimidade, o recurso apresentado pela TV Gazeta de Alagoas, pertencente à família do ex-presidente Fernando Collor de Mello, na tentativa de restabelecer seu contrato de afiliação com a Rede Globo. O julgamento, concluído na segunda-feira (23), consolidou o entendimento de que a emissora nacional não pode ser obrigada judicialmente a manter a parceria comercial.

Relator do processo, o ministro Edson Fachin considerou que a renovação compulsória do contrato por mais cinco anos, anteriormente determinada pela Justiça alagoana, representava uma intervenção desproporcional na liberdade contratual das empresas. O magistrado também destacou que a prestação do serviço público de radiodifusão não deve ficar subordinada aos interesses particulares de uma empresa em recuperação judicial.

A disputa começou em 2023, quando a Globo comunicou que não renovaria o contrato com a TV Gazeta, encerrando uma relação comercial de aproximadamente 50 anos. Entre as justificativas apresentadas pela rede nacional estava o envolvimento da empresa em investigações relacionadas ao pagamento de propinas provenientes de contratos de uma subsidiária da Petrobras.



Em recuperação judicial, a emissora da família Collor recorreu à Justiça sob o argumento de que a manutenção da afiliação era necessária à continuidade de suas atividades. Em setembro de 2025, entretanto, o então presidente do STF, Luís Roberto Barroso, autorizou a transferência da programação da Globo para uma nova afiliada em Alagoas.

Mesmo após perder o direito de retransmitir o sinal da rede nacional, a TV Gazeta insistiu na disputa judicial. Com a rejeição unânime do recurso, o Supremo consolidou a liberdade da Globo para escolher sua parceira comercial no estado, frustrando a tentativa da emissora alagoana de recuperar judicialmente a afiliação.

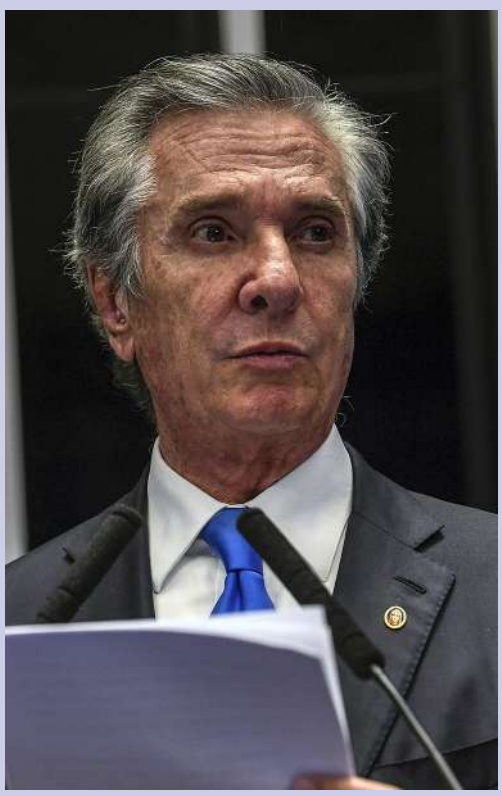
DÍVIDAS TRABALHISTAS

TST rejeita recurso de Fernando Collor e esposa em ação trabalhista envolvendo Gazeta de Alagoas

Por unanimidade, ministros mantiveram decisão contrária à tentativa do ex-presidente e de sua esposa de contestar o redirecionamento da cobrança de dívidas trabalhistas aos sócios de empresas em recuperação judicial

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) negou, por unanimidade, um recurso apresentado pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello e sua esposa, Caroline Serejo Medeiros Collor de Mello, em uma ação trabalhista que envolve a Gazeta de Alagoas e a Organização Arnon de Mello. O acórdão, relatado pelo ministro Sergio Pinto Martins, foi disponibilizado nesta quarta-feira (25).

O recurso questionava a competência da Justiça do Trabalho para redirecionar a execução de dívidas trabalhistas contra sócios de empresas submetidas à recuperação judicial. O processo envolve um incidente de desconsideração da personalidade jurídica, mecanismo que permite, em determinadas circunstâncias, alcançar o patrimônio pessoal dos sócios para o pagamento de obrigações da empresa.





A defesa de Collor e Caroline argumentou que o artigo 114 da Constituição Federal não atribui à Justiça do Trabalho competência para redirecionar a cobrança de créditos sujeitos à recuperação judicial contra os sócios, especialmente após a aprovação do plano de recuperação das empresas.

O relator, entretanto, considerou que o recurso não atendia aos requisitos processuais exigidos pelo TST, uma vez que a defesa não indicou expressamente qual dispositivo específico do artigo constitucional teria sido violado. O entendimento foi acompanhado pelos demais integrantes da Oitava Turma, mantendo a decisão individual que havia negado seguimento ao recurso anterior.

A decisão foi proferida em 16 de novembro, no âmbito do processo nº 0001173-67.2018.5.19.0004, que tem Ricardo Ledo de Souza e Silva entre as partes. O acórdão não informa o valor da dívida trabalhista nem determina novas medidas de bloqueio patrimonial, limitando-se a rejeitar o recurso apresentado pelo casal por questões processuais.

ORÇAMENTO SECRETO

Cristiano Zanin interrompeu julgamento de recurso da Câmara dos Deputados que tenta derrubar restrições impostas à servidora, investigada por suspeitas envolvendo R$ 119,2 milhões

Ex-assessora de Lira segue afastada de funções ligadas a emendas após pedido de vista no STF

A tentativa da Câmara dos Deputados de reverter o afastamento parcial de Mariângela Fialek, conhecida como Tuca e ex-assessora de Arthur Lira (PP-AL), sofreu um novo adiamento no Supremo Tribunal Federal (STF). Na quarta-feira (25), o ministro Cristiano Zanin pediu vista do processo, suspendendo o julgamento que ocorria no plenário virtual da Primeira Turma.

Até a interrupção, dois ministros haviam se manifestado pela manutenção das medidas impostas à servidora: Flávio Dino, relator do processo, e Alexandre de Moraes. Com o pedido de vista, Zanin terá até 90 dias para devolver os autos, mantendo-se, nesse intervalo, as restrições que impedem Tuca de atuar na



destinação de emendas parlamentares.

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados questiona a decisão sob o argumento de que as medidas violam a autonomia do Legislativo. Dino, contudo, rejeitou essa interpretação, sustentando que a instituição não pode recorrer em nome de uma servidora investigada criminalmente. O ministro também votou contra a devolução de computadores apreendidos pela Polícia Federal.

Ex-integrante da equipe de Arthur Lira, Tuca tornou-se alvo da Operação Transparência, deflagrada em dezembro de 2025. A Polícia Federal investiga a suspeita de que ela e outros dois servidores tenham participado do direcionamento irregular de pelo menos 21 emendas parlamentares, que somam R$ 119,2 milhões, em benefício do presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto.

A investigação também abrange a atuação da servidora na operacionalização do orçamento secreto e na distribuição de recursos públicos após a declaração de inconstitucionalidade do mecanismo pelo Supremo. A defesa de Fialek afirma que ela desempenhava exclusivamente atividades técnicas, sem poder de decisão sobre a destinação das verbas parlamentares.

CRISE CARTORÁRIA

Suspenso por 90 dias, Lucas Favaretto Araújo Abreu deverá prestar esclarecimentos sobre pendências financeiras, tributárias e trabalhistas em três serventias extrajudiciais

Corregedoria autoriza até uso de força policial para garantir afastamento de responsável por cartórios

O corregedor-geral da Justiça de Alagoas, desembargador Fábio Ferrario, determinou uma série de medidas para assegurar o cumprimento da suspensão de 90 dias aplicada a Lucas Favaretto Araújo Abreu, antigo responsável interino pelos cartórios de Vila Ilha do Ferro, Vila Limoeiro e Pão de Açúcar. A decisão, publicada nesta quinta-feira (26), autoriza inclusive a requisição de força policial, caso necessária para impedir interferências do antigo gestor na administração das unidades.

O procedimento administrativo foi instaurado após a responsável temporária pelas serventias, Nayara Soares Nogueira, relatar pendências financeiras, fiscais, tributárias e trabalhistas provenientes da gestão anterior, além de dificuldades de acesso a documentos, sistemas informatizados e informações contábeis. Entre os pontos que deverão ser esclarecidos está o destino de R$ 3.570,81 referentes a procedimentos de habilitação de casamento, supostamente recebidos antecipadamente pelo antigo interino.

Em sua manifestação, Lucas Favaretto alegou que entregou as serventias em 26 de outubro, incluindo acervos, sistemas e senhas. Também informou ter recorrido ao Conselho Estadual da Magistratura contra a penalidade, recurso ainda pendente de julgamento. A Corregedoria ressaltou que as medidas adotadas não representam reconhecimento antecipado de sua responsabilidade e que eventual devolução de valores dependerá de comprovação.



Ferrario determinou que o antigo interino disponibilize, no prazo de 24 horas, todos os documentos e recursos administrativos que ainda não tenham sido entregues, além de conceder cinco dias para esclarecimentos sobre as pendências. Lucas também deverá permanecer afastado das dependências funcionais dos cartórios e abster-se de interferir na administração das unidades, inclusive nos sistemas de monitoramento por câmeras.

A Corregedoria manteve Nayara na função, rejeitando seu pedido de substituição da remuneração mensal de R$ 7 mil por 50% da renda líquida das serventias. A responsável deverá providenciar imediatamente o pagamento dos salários e da bolsa-estágio pendentes de outubro, utilizando as receitas dos próprios cartórios, além de realizar um levantamento detalhado dos débitos para identificar a origem e as responsabilidades de cada gestão.

BASTIDORES JURÍDICOS

Vaga aberta após a aposentadoria compulsória de Washington Luiz movimenta os bastidores do MP alagoano, onde os nomes de Sandra Malta e Lean Araújo são mencionados

JHC deverá escolher novo desembargador do TJAL em meio à disputa interna no Ministério Público

A escolha do novo desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) para ocupar a vaga deixada por Washington Luiz Damasceno Freitas deverá ficar sob a responsabilidade do governador eleito, João Henrique Caldas, o JHC (PSDB). A informação foi divulgada nesta sexta-feira (27) pelo jornalista Ricardo Mota, em sua coluna no Cada Minuto.

Segundo o jornalista, o atual governador, Paulo Dantas (MDB), poderá realizar pelo menos duas nomeações para o Judiciário alagoano, mas a definição do novo representante oriundo do Ministério Público deverá ficar para a próxima gestão estadual.

A vaga permanece aberta desde agosto de 2023, quando Washington Luiz foi aposentado compulsoriamente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Apesar dos recursos apresentados nas instâncias superiores, incluindo o Supremo Tribunal Federal (STF), a possibilidade de retorno do magistrado ao cargo é considerada remota nos bastidores, segundo o colunista.

Internamente, a sucessão já movimenta integrantes do Ministério Público de Alagoas. Entre os nomes mais mencionados estão os dos procuradores de Justiça Sandra Malta e Lean Araújo, embora este último, procurador-geral de Justiça, já tenha declarado que não é candidato à vaga.

Caso a definição fique efetivamente para 2027, JHC terá a oportunidade de realizar uma nomeação para a cúpula do Judiciário alagoano no início de sua gestão. A escolha deverá respeitar o procedimento constitucional do quinto constitucional, destinado à representação do Ministério Público e da advocacia nos tribunais.







NA DISPUTA – Sandra Malta aparece entre os nomes cotados para a vaga de desembargador do TJAL, enquanto Lean Araújo, atual procurador-geral de Justiça, já declarou não ser candidato.

CONTAS PÚBLICAS

Investigação envolve contribuições previdenciárias e do Pasep referentes a 2022 e busca identificar eventuais danos ao erário e responsabilidades de agentes públicos

Receita Federal autua Prefeitura de Arapiraca e MP abre inquérito para apurar irregularidades

A Prefeitura de Arapiraca tornou-se alvo de um inquérito civil do Ministério Público de Alagoas (MPAL) após a Receita Federal identificar possíveis irregularidades no recolhimento de contribuições sociais relativas ao exercício financeiro de 2022. A instauração do procedimento foi oficializada por meio da Portaria nº 13/2026, publicada nesta quinta-feira (26).

De acordo com a 10ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, responsável pela investigação, as irregularidades apontadas envolvem contribuições destinadas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). As inconsistências identificadas pela fiscalização federal motivaram a emissão de autos de infração contra o município.

O Ministério Público ressalta que esses recursos possuem destinação legal vinculada e que sua eventual utilização indevida pode provocar prejuízos aos cofres públicos, além de comprometer o financiamento da seguridade social.

A Promotoria determinou que as secretarias municipais de Gestão Pública e da Fazenda sejam oficialmente comunicadas sobre a abertura do inquérito, para conhecimento e adoção das providências que considerarem cabíveis.

O procedimento, registrado sob o nº 06.2026.00000557-1, busca esclarecer os fatos, dimensionar eventuais prejuízos ao patrimônio público e identificar possíveis responsáveis. A publicação não revela os valores das autuações nem identifica os agentes públicos eventualmente envolvidos.



UNIÕES PRECOCES

Meninas representam 85,6% dos casos registrados no estado; Ministério Público alerta para riscos de violência sexual, abandono escolar e dependência econômica

AL tem mais de 1,2 mil crianças e adolescentes de 10 a 14 anos vivendo em uniões conjugais

Apesar da proibição legal do casamento de menores de 16 anos no Brasil, Alagoas registra 1.231 crianças e adolescentes com idades entre 10 e 14 anos vivendo em uniões conjugais. Desse total, 1.054 são meninas, o equivalente a 85,6%. Os dados do Censo Demográfico de 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em novembro de 2025, motivaram um alerta do Ministério Público de Alagoas (MPAL).

Em todo o país, o levantamento identificou 34.202 pessoas nessa faixa etária vivendo em uniões conjugais, das quais 77% eram meninas. Outro dado revela que 86,6% dessas relações eram informais, sem casamento civil ou religioso. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Brasil ocupa a sexta posição mundial em números absolutos de casamentos infantis e lidera esse indicador na América Latina.

O coordenador do Núcleo de Defesa da Infância e Juventude do MPAL, promotor de Justiça Gustavo Arns, ressalta que essas relações não podem ser naturalizadas ou tratadas exclusivamente como questões familiares ou culturais. "Estamos falando de crianças, principalmente meninas, que passam a vivenciar responsabilidades e situações próprias da vida adulta quando ainda deveriam estar protegidas, estudando e desenvolvendo suas potencialidades", afirmou.





Desde 2019, a legislação brasileira proíbe o casamento de menores de 16 anos, inclusive em situações de gravidez ou mediante autorização dos responsáveis. O Ministério Público também reforça que qualquer relação sexual ou ato libidinoso praticado com menores de 14 anos configura estupro de vulnerável, independentemente de consentimento, relacionamento amoroso ou autorização familiar.

As uniões precoces estão associadas à evasão escolar, à gravidez na adolescência, à dependência econômica e à maior exposição à violência doméstica e sexual. O MPAL orienta que situações de casamento infantil ou outras violações dos direitos de crianças e adolescentes sejam denunciadas ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, à Polícia Civil ou pelo Disque 100.

CRIMES TRIBUTÁRIOS

ICMS declarado e não pago pode resultar em processo criminal e bloqueio de bens

Especialista explica em quais circunstâncias a inadimplência tributária configura crime e como a reforma tributária poderá reduzir esse tipo de ocorrência

Deixar de recolher o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), mesmo quando os valores são corretamente declarados ao Fisco, pode resultar em responsabilização criminal. O alerta é do advogado tributarista Frederico Amaral, CEO da e-Auditoria, diante de duas investigações da Polícia Civil de Mato Grosso que resultaram no indiciamento de três pessoas por suspeitas de crimes tributários envolvendo mais de R$ 1,6 milhão.

Em Nova Mutum, uma empresa dos setores de materiais de construção e serviços mecânicos é investigada pelo não recolhimento de mais de R$ 1,1 milhão em ICMS entre 2022 e 2023. Já em Primavera do Leste, dois suspeitos foram indiciados por supostamente simularem operações comerciais envolvendo milho para obter benefícios fiscais indevidos. Nos dois casos, foram autorizadas medidas judiciais de bloqueio patrimonial.

Em dezembro de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que o não recolhimento do ICMS cobrado do consumidor pode configurar crime. Entretanto, Amaral explica que a responsabilização criminal exige a comprovação de dois elementos: a prática reiterada da conduta e a intenção de apropriação dos valores destinados ao Estado. Empresas que enfrentam dificuldades financeiras não podem ser automaticamente enquadradas como criminosas.

Mesmo quando não há configuração de crime, a inadimplência tributária pode resultar em cobranças judiciais, bloqueios de contas bancárias e penhora de bens. O especialista recomenda que empresários acompanhem regularmente suas obrigações fiscais, busquem alternativas de regularização e mantenham documentos que comprovem a situação financeira da empresa.

Com a reforma tributária, a expectativa é que ocorrências dessa natureza sejam reduzidas por meio do split payment, mecanismo que permitirá o recolhimento automático de tributos no momento do pagamento de determinadas operações comerciais. Segundo Amaral, entretanto, a nova sistemática não eliminará completamente a inadimplência nem os crimes tributários, mantendo a necessidade de fiscalização e eventual responsabilização criminal.



EQUIPE ECONÔMICA

Deputado alagoano defende voto de confiança a Luiz Carlos Trabuco e questiona resistência de integrantes da própria base governista

Marx Beltrão elogia escolha de Lula para a Fazenda e diz que críticas de petistas são "caso para a psiquiatria"

O deputado federal Marx Beltrão manifestou apoio, nesta sexta-feira (27), à indicação de Luiz Carlos Trabuco para o Ministério da Fazenda. Apesar de se declarar opositor do PT e afirmar que não votou no presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o parlamentar alagoano avaliou que a escolha demonstra a intenção do governo de acertar na condução da política econômica.

Na avaliação de Marx, o país enfrenta um cenário de fragilidade econômica, marcado por juros elevados, endividamento das famílias e perda do poder de compra. O deputado considera que a experiência de Trabuco no setor financeiro justifica um voto de confiança, embora ressalte que o futuro ministro deverá ser avaliado pelos resultados apresentados à frente da pasta.

"Não faço oposição gratuita nem crítica pela crítica. Tenho independência para apontar os erros do governo e honestidade para reconhecer quando ele acerta. Neste caso, mesmo sem ter votado em Lula e mantendo minhas divergências com o PT, reconheço que a decisão foi acertada", declarou.

Marx também questionou as manifestações contrárias à indicação entre integrantes da própria base governista. O parlamentar citou as declarações dos deputados Pedro Uczai (PT), Lindbergh Farias (PT) e Glauber Braga (PSOL), que fizeram ressalvas ou críticas à escolha do executivo para comandar a equipe econômica.

"Com todo o respeito aos pacientes psiquiátricos, mas me permitam a comparação: as críticas de petistas contra Trabuco são caso para a psiquiatria. Quando Lula erra, eles defendem; quando toma uma decisão sensata, atacam", afirmou Marx, ao defender que o futuro ministro tenha a oportunidade de demonstrar sua capacidade antes de ser julgado pela atuação no cargo.



CONTA NA MESA

Fim da escala 6x1 pode encarecer bares e restaurantes

Pesquisa da Abrasel aponta que 87% dos empresários consideram necessário reajustar preços, enquanto um terço pretende reduzir dias ou horários de funcionamento

O fim da escala 6x1 deve provocar mudanças no funcionamento de bares e restaurantes e pesar no bolso dos consumidores. Pesquisa da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), realizada com 2.049 empresas, mostra que 87% dos empresários consideram necessário aumentar os preços para compensar os custos da nova jornada. Além disso, um em cada três estabelecimentos pretende reduzir os dias ou horários de atendimento.

A primeira etapa da mudança está prevista para 16 de dezembro. A jornada máxima semanal passará de 44 para 42 horas, com dois dias de descanso remunerado. Em dezembro de 2027, o limite chegará a 40 horas.

Segundo o presidente da Abrasel, Paulo Solmucci, a mudança representa um aumento estimado de 20% na folha salarial, em um cenário de reajustes também por parte dos fornecedores. Com margens reduzidas, os empresários avaliam que parte dos novos custos deverá ser repassada aos consumidores.

Entre as medidas previstas, 33% dos estabelecimentos pretendem diminuir os dias ou horários de funcionamento, enquanto 66% devem reorganizar escalas e turnos com as equipes atuais. Outros 49% planejam reajustar os preços e 30% pretendem investir em tecnologia e automação.

Entre os empresários que consideram aumentar os preços, 68% estimam reajustes entre 5% e 15%. A medida ocorre em um cenário de dificuldades para o setor repassar custos. Em 12 meses, o IPCA acumulou alta de 5,58%. No mesmo período, 39% dos estabelecimentos não conseguiram reajustar os cardápios e 24% aplicaram aumentos abaixo da inflação.

A pesquisa também aponta dificuldades para ampliar as equipes. Enquanto 41% dos empresários acreditam que precisarão contratar funcionários, 36% esperam manter o quadro atual e 8% projetam cortes. A Abrasel destaca a falta de mão de obra e os custos das contratações como obstáculos à adaptação.

A entidade defende a regulamentação do trabalho por hora como alternativa para atender aos períodos de maior movimento. A proposta tramita no Congresso por meio da PEC 12/2026.

A três semanas da mudança, apenas 21% dos estabelecimentos já definiram como vão se adaptar. Outros 58% ainda avaliam as alternativas e 14% sequer iniciaram o planejamento. Além disso, somente 29% dos empresários afirmam conhecer bem as novas regras.

O levantamento também revela insegurança sobre o futuro dos negócios. Metade dos entrevistados (51%) tem dúvidas, mas pretende continuar no mercado. Outros 21% demonstram desânimo e incerteza sobre a permanência. Apenas 22% se declaram otimistas, enquanto 1% já decidiu encerrar as atividades.

Em outubro, somente 40% dos bares e restaurantes registraram lucro. Outros 38% fecharam o mês em equilíbrio e 22% tiveram prejuízo. Os pagamentos em atraso atingem 38% dos estabelecimentos. Entre eles, 76% possuem débitos com impostos federais, 51% com tributos estaduais e 36% com empréstimos bancários.

A pesquisa foi realizada pela Abrasel entre 18 e 25 de novembro de 2026, com 2.049 empresas do setor de alimentação fora do lar em todos os estados e no Distrito Federal.



IMPASSE NA FEIRA

Feirantes temem perder espaço após as intervenções; Ministério Público e Defensoria acompanharão as reivindicações

ALE-AL debate revitalização da Feirinha do Tabuleiro e cobra solução para comerciantes

A situação da Feirinha do Tabuleiro, em Maceió, foi tema de uma sessão especial realizada nesta quinta-feira (26), na Assembleia Legislativa de Alagoas. O encontro, proposto pelo deputado Delegado Leonam (União Brasil), reuniu feirantes, comerciantes, permissionários e representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública para discutir a recuperação da estrutura, a reorganização do espaço e as condições de trabalho dos profissionais.

Durante a sessão, Leonam defendeu o diálogo entre os trabalhadores e os órgãos públicos para construir alternativas que atendam às necessidades de todos os envolvidos. O parlamentar também destacou as dificuldades enfrentadas pelos comerciantes, que há meses trabalham em condições inadequadas, e cobrou a participação da Prefeitura de Maceió e da Secretaria Municipal de Infraestrutura na busca por soluções.

O promotor de Justiça Jorge Dória informou que o Ministério Público acompanha o caso por meio de uma ação civil pública ajuizada há quase dez anos, que busca a requalificação do mercado. Segundo ele, a Justiça já determinou que o município realize estudos e apresente alternativas para atender às demandas relacionadas à estrutura e à organização da feira.

O representante do MP também explicou que a construção de um novo mercado trouxe desafios para a reorganização dos comerciantes que atuam no entorno. Conforme relatou, a retirada dos trabalhadores deve ser acompanhada de medidas adequadas de realocação. O município teria apresentado opções de espaços, mas parte dos feirantes não concorda com as alternativas indicadas. Para o promotor, é necessário encontrar um ponto de equilíbrio entre as demandas dos trabalhadores e o projeto do poder público.

O defensor público Othoniel Pinheiro afirmou que a instituição pretende ouvir os relatos e reivindicações dos comerciantes para avaliar o caso e encaminhar as demandas aos órgãos responsáveis. Ele também destacou que a Defensoria poderá adotar medidas judiciais, caso sejam identificadas situações que justifiquem essa atuação.

Representando os trabalhadores, o vice-presidente da Associação dos Feirantes da Feirinha do Tabuleiro, Erik Almeida, criticou o projeto de reorganização por não contemplar todos os comerciantes que atuavam no local antes das intervenções. Segundo ele, parte dos trabalhadores poderá retornar à feira, enquanto outros correm o risco de ficar sem espaço para exercer suas atividades.





Erik ressaltou que a mudança atinge diferentes segmentos, como os setores de confecções, produtos importados, hortifrúti e vestuário. A principal reivindicação da categoria é garantir o retorno de todos os comerciantes, preservando os espaços de trabalho e a fonte de renda das famílias que dependem da feira.

PROTEÇÃO ÀS MULHERES

Assembleia Legislativa debate criação de pacto estadual para combater violência contra a mulher em Alagoas

Proposta prevê integração de órgãos públicos e sociedade civil no enfrentamento ao feminicídio

A criação do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi debatida nesta sexta-feira (27), durante sessão especial na Assembleia Legislativa de Alagoas. A iniciativa foi proposta pela deputada Fátima Canuto (MDB), autora do projeto de lei ordinária nº 2.187/2026, que institui a medida. O encontro reuniu representantes de órgãos públicos, entidades e movimentos sociais para discutir estratégias de prevenção e fortalecimento da rede de proteção às mulheres.

Fátima Canuto afirmou que o aumento dos casos de feminicídio exige ações mais efetivas e a participação de diferentes setores da sociedade. Para a parlamentar, a discussão na Assembleia representa uma oportunidade de reunir contribuições e fortalecer a proposta para que o pacto seja implementado no estado. Ela também destacou que o combate à violência contra a mulher é uma das principais pautas de seu mandato.

A delegada Juliane Santos, titular da recém-criada Delegacia de Feminicídio da Capital, defendeu a construção de uma política estadual adaptada à realidade de Alagoas. Responsável por investigações de feminicídios consumados e tentados na Região Metropolitana de Maceió, ela ressaltou a importância de incorporar a perspectiva de gênero às apurações e ampliar a participação da sociedade civil na formulação das medidas.

A coordenadora da Casa da Mulher Alagoana, a advogada Paula Lopes, destacou que o pacto pode contribuir para ampliar os recursos, integrar instituições e garantir a continuidade das políticas públicas nas próximas gestões. Durante a sessão, ela informou que Alagoas já registrou cerca de 26 feminicídios e defendeu o fortalecimento das ações de prevenção e enfrentamento à violência.

Paula também apresentou dados do Observatório de Igualdade de Gênero do Estado, que podem orientar a aplicação das políticas públicas e identificar os grupos de mulheres que precisam de maior atenção. Segundo ela, o levantamento é importante para direcionar as iniciativas de acordo com as necessidades de cada público.

A sessão contou ainda com a participação de representantes da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Civil, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher e da Patrulha Maria da Penha, além de entidades e movimentos da sociedade civil. A proposta é reunir as contribuições desses setores para fortalecer a atuação conjunta no combate à violência contra a mulher em Alagoas.



CUIDADO COM A SAÚDE

Atividade ofereceu vacinação, testes rápidos e outros serviços de saúde no local de trabalho

Câmara realiza ação do Novembro Azul e atende quase 50 servidores

Quase 50 servidores da Câmara Municipal de Maceió foram atendidos durante uma ação do Novembro Azul, realizada na manhã desta quinta-feira (26), no Plenário Silvânio Barbosa. A iniciativa foi promovida em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e reuniu homens e mulheres em busca de cuidados preventivos.

A programação disponibilizou serviços de aferição da pressão arterial, teste de glicemia capilar, vacinação, testes rápidos e ventosaterapia. A oferta dos atendimentos no próprio local de trabalho foi elogiada pelos participantes, entre eles o assessor parlamentar Alessandro Gusmão, que destacou a importância de facilitar o acesso dos servidores aos serviços de saúde.

A coordenadora da Saúde do Homem da SMS, Camila Calaça, explicou que a iniciativa busca aproximar os atendimentos da população, especialmente do público masculino, que costuma procurar menos os serviços de saúde. Segundo ela, os procedimentos ajudam a identificar possíveis alterações e encaminhar os pacientes para avaliação especializada.

Camila destacou que resultados elevados de glicemia ou pressão arterial podem indicar a necessidade de acompanhamento médico e exames complementares. Já os testes rápidos permitem identificar infecções como sífilis, hepatites e HIV, possibilitando o encaminhamento para o tratamento adequado.

O diretor da Escola do Legislativo, Rodolfo Barros, comemorou a participação dos servidores e explicou que a ação surgiu a partir de uma demanda dos próprios funcionários da Câmara. A partir da solicitação, a instituição estabeleceu parceria com a área de Saúde do Homem da SMS. Para ele, o resultado positivo abre caminho para a continuidade da cooperação e a realização de novas atividades voltadas ao bem-estar dos trabalhadores.





REFORÇO

Novos efetivos serão incorporados às áreas administrativa e legislativa da Casa

Câmara de Maceió anuncia nomeação de mais 12 servidores aprovados em concurso público

A Câmara Municipal de Maceió nomeará, nesta sexta-feira (27), mais 12 servidores aprovados no concurso público realizado em 2024. A relação será publicada no Diário Oficial do Município, conforme anunciou o presidente da Casa, vereador Chico Filho.

Com as novas nomeações, a atual gestão da Mesa Diretora chega a 64 servidores convocados por meio do certame. As vagas contemplam os cargos de apoio administrativo e legislativo, além de analista administrativo e legislativo.

Segundo Chico Filho, a chegada dos novos profissionais faz parte do processo de modernização da estrutura da Câmara e de renovação do quadro funcional. O presidente afirmou que a medida busca fortalecer as atividades administrativas e ampliar a qualidade dos serviços prestados pelo Legislativo municipal.

CRISE NO ABASTECIMENTO

Câmara de Maceió cobra explicações da BRK após 30 dias de falta d'água na Santa Lúcia

Vereadores relatam dificuldades em escolas e unidades de saúde e propõem encaminhar cobrança aos órgãos de fiscalização

A falta de água no bairro Santa Lúcia, em Maceió, que já dura 30 dias, levou vereadores a cobrar providências da BRK e dos órgãos responsáveis pela fiscalização do serviço. Durante a sessão desta quinta-feira (26), o presidente da Câmara Municipal, Chico Filho, propôs a elaboração de um requerimento assinado por todos os parlamentares para solicitar esclarecimentos sobre a interrupção do abastecimento.

O assunto foi levado à tribuna pelo vereador David do Emprego, que relatou dificuldades enfrentadas por escolas e unidades de saúde da região. Segundo as denúncias recebidas pelos parlamentares, a falta de água compromete o funcionamento dos equipamentos públicos e afeta diretamente o atendimento à população.

David contou que, durante uma visita à unidade do Gigantinhos, encontrou banheiros sem condições de uso. O vereador também mencionou problemas na UPA do Benedito Bentes e questionou a justificativa de que uma queda de energia teria provocado a interrupção do fornecimento.

Chico Filho afirmou que escolas e postos de saúde já avaliam suspender os atendimentos por falta de condições adequadas de funcionamento. O presidente da Câmara disse ainda que solicitou à BRK esclarecimentos sobre o problema e informações sobre a previsão de retomada do abastecimento, mas não recebeu resposta da concessionária.

Diante da situação, o parlamentar propôs que o requerimento seja encaminhado ao Ministério Público, à Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal) e à própria BRK. O documento deverá solicitar informações sobre possíveis serviços de manutenção que estejam comprometendo o fornecimento e cobrar providências dos órgãos responsáveis.

O vereador Samyr Malta também cobrou medidas e defendeu a revisão do contrato de concessão entre o Governo de Alagoas e a BRK na próxima gestão estadual. Ele afirmou que, caso as empresas responsáveis pelo abastecimento não cumpram as obrigações contratuais, os acordos devem ser revistos ou rompidos.

Os vereadores Jônatas Omena e Jeannyne Beltrão também apoiaram as cobranças por soluções para os problemas no abastecimento de água em Maceió.



LITERATURA ALAGOANA

Franco Maciel foi premiado pela Academia Alagoana de Letras com a obra "O Milagre da Carrapateira"

Escritor de União dos Palmares vence concurso de contos e destaca incentivo da Imprensa Oficial à literatura

O escritor, professor e pesquisador Franco Maciel de Carvalho, natural de União dos Palmares, conquistou um dos prêmios do concurso Heliônia Ceres de Contos, promovido pela Academia Alagoana de Letras (AAL). A premiação ocorreu no dia 11 de novembro, durante a solenidade que celebrou os 107 anos de fundação da instituição, na Casa Jorge de Lima, em Maceió. O evento também reconheceu os vencedores do concurso Gustavo Paiva de Poemas, iniciativas que integram o projeto Semeando Letras, Colhendo Autores, voltado ao incentivo da produção literária e à descoberta de novos talentos em Alagoas.

Franco foi premiado com o conto O Milagre da Carrapateira, publicado na revista da Academia. A narrativa apresenta uma história verídica envolvendo Basiliano Sarmento, influente comerciante de União dos Palmares, e uma disputa por sua herança que repercutiu em todo o estado. O autor também é responsável pelo livro A História da Terra da Liberdade.

Para o escritor, participar do concurso representou uma oportunidade de apresentar seu trabalho e trocar experiências com integrantes da Academia. Mais de cem pessoas se inscreveram na seleção, o que, segundo ele, torna a conquista ainda mais significativa. A premiação homenageia a autora de Olho de Besouro, título da Coleção Mulheres Extraordinárias, lançada em 2023 pela Imprensa Oficial Graciliano Ramos.



A inspiração para o conto veio da ligação de Franco com União dos Palmares e do interesse em preservar histórias do município. A trama recupera um episódio registrado em 1931, quando Basiliano Sarmento estava à beira da morte e sua herança despertava a cobiça de pessoas próximas. Durante uma madrugada, alguém tentou retirar objetos do casarão, mas foi surpreendido por um vendedor de quebra-queixo ao atravessar um terreno repleto de carrapateiras. O escritor mantém os detalhes da narrativa em segredo para preservar o suspense da obra.

O pesquisador também prepara duas novas publicações e aponta Graciliano Ramos como uma de suas principais inspirações. Entre os projetos está O Segredo de Dona Tina, obra que mistura memória e ficção para recuperar aspectos da vida cotidiana entre as décadas de 1960 e 1980, valorizando personagens e cenários ligados à identidade de União dos Palmares.

Para Franco Maciel, resgatar histórias locais contribui para preservar a memória e fortalecer o sentimento de pertencimento da população. O autor defende a importância de ouvir os mais velhos, consultar arquivos e registrar narrativas que ajudam a compreender a identidade de cada região. Nesse contexto, também destacou o trabalho da Imprensa Oficial Graciliano Ramos no incentivo a novos escritores e na ampliação do acesso ao mercado editorial em Alagoas.

EDUCAÇÃO

Tecnologia deve ampliar a oferta de procedimentos cardiológicos e reduzir o tempo de espera no SUS

Hospital do Coração Alagoano recebe novo equipamento de hemodinâmica após investimento de R$ 4,19 milhões

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) investiu R$ 4,19 milhões na aquisição de um novo aparelho de hemodinâmica para o Hospital do Coração Alagoano, em Maceió. O equipamento já está em fase de testes e deve ampliar a capacidade de atendimento cardiológico oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Alagoas.



A tecnologia permite visualizar estruturas internas do sistema cardiovascular, auxiliando no diagnóstico e no tratamento de doenças do coração e dos vasos sanguíneos. Entre os procedimentos realizados com o equipamento estão cateterismos e angioplastias.

O aparelho foi instalado em uma sala paralela à primeira estrutura de hemodinâmica do hospital, sem necessidade de ampliação física. Para receber a nova máquina, o ambiente passou por reforços estruturais para suportar o peso do equipamento.

Segundo o diretor da unidade, Otoni Veríssimo, os primeiros testes com pacientes apresentam resultados positivos. Ele destacou que o aparelho está funcionando normalmente e permitirá ampliar a realização de procedimentos especializados na unidade.

A expectativa da Sesau é que o investimento contribua para reduzir o tempo de espera por procedimentos cardiológicos e fortalecer a assistência oferecida pelo hospital, que atende exclusivamente pacientes do SUS.

FATOS Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO

RECONHECIMENTO PROFISSIONAL



A farmacêutica alagoana Judite Silva vem sendo reconhecida pelos serviços prestados a amigos e clientes no município de Rio Largo. O trabalho desenvolvido com profissionalismo tem consolidado sua credibilidade na área de atuação. Responsável por orientar a população sobre o uso adequado de medicamentos e os cuidados com a saúde, Judite desempenha sua função com zelo, dedicação e respeito ao próximo, conquistando o reconhecimento de seu público.

BLACK FRIDAY

Quem pretende aproveitar a Black Friday para fazer compras em Maceió terá mais tempo para circular pelos shoppings e pesquisar as ofertas. Os principais centros comerciais da capital prepararam horários especiais de funcionamento para o fim de semana, com lojas abertas até a meia-noite em alguns dias.

ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Os municípios alagoanos têm uma nova oportunidade de fortalecer o planejamento urbano e desenvolver estratégias para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. O Projeto AdaptAÇÃO está com inscrições abertas para selecionar até quatro cidades de Alagoas, que receberão assessoria técnica gratuita e apoio institucional na elaboração e no aprimoramento de políticas urbanas voltadas à adaptação climática.

EMPREENDEDORISMO FEMININO

Uma feira de empreendedorismo feminino deverá reunir cerca de 60 expositoras neste sábado (28) e domingo (29), na Praça Multieventos, no bairro da Pajuçara, em Maceió. Além da comercialização de produtos e serviços, o evento contará com aulas de defesa pessoal para mulheres. A Feira das Empreendedoras integra o Projeto Medida Preventiva, que desenvolve ações de incentivo à autonomia financeira feminina e de enfrentamento à violência contra a mulher.

BASTIDORES AZULINOS

Composição entre lideranças prevê aclamação de advogado e definição de novos cargos no clube

CSA marca eleição do Conselho Deliberativo para segunda-feira e acordo deve levar Ricardo Omena à presidência

O CSA marcou para a próxima segunda-feira, dia 30, a eleição da nova diretoria do Conselho Deliberativo. A votação será realizada às 18h30, no auditório da Meyer, no bairro do Farol, em Maceió. O edital de convocação foi divulgado nesta quinta-feira pela comissão eleitoral do clube. O prazo para inscrição de chapas termina no domingo, dia 29, às 23h59.

A eleição ocorre após a renúncia de Robson Rodas da presidência executiva, cargo que passou a ser ocupado por Christiano Mendonça. Com a mudança no comando administrativo, o clube também busca reorganizar a composição de seus órgãos internos.

Acordo encaminhado

O empresário Célio Rocha, que até então era pré-candidato à presidência do Conselho Deliberativo, afirmou que um entendimento entre lideranças deve garantir a aclamação do advogado Ricardo Omena para o cargo. A composição foi definida em reunião realizada na quarta-feira.

Pelo acordo, Célio Rocha ficará como vice-presidente executivo do CSA, enquanto Gustavo Ferreira ocupará a vice-presidência do Conselho Deliberativo. Humberto será o secretário do colegiado. Segundo Célio, Christiano Mendonça sinalizou a proposta, que foi aceita pelos envolvidos.



Reunião do Conselho Deliberativo definiu os rumos do CSA — Foto: Denison Roma/Ge



Célio Rocha disse que acordo deve aclamar Ricardo Omena na presidência do Conselho Deliberativo do CSA
Foto: Denison Roma/Ge

Regras da eleição

Estão aptos a votar os integrantes do Conselho Deliberativo eleitos em 2026. Para concorrer aos cargos, os candidatos precisam ser sócios-torcedores das categorias Prata ou Ouro, com pelo menos dois anos ininterruptos de associação, ou integrar as categorias de sócios beneméritos e remidos.

JUSTIÇA ESPORTIVA

Sporting pode perder vaga no Alagoano de 2027 após parecer favorável ao Aliança no STJD

Procuradoria reconheceu recurso contra supostas escalações irregulares na Segundona

O Sporting FC corre o risco de ficar fora do Campeonato Alagoano de 2027. A Procuradoria do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) emitiu parecer favorável à denúncia apresentada pelo Desportivo Aliança, que acusa Sporting e Zumbi de escalarem jogadores irregularmente durante a Segunda Divisão estadual.

O procurador Danilo Pereira de Carvalho reconheceu o recurso apresentado pelo Aliança após o Tribunal de Justiça Desportiva de Alagoas (TJD/AL) rejeitar o pedido de punição aos dois clubes, campeão e vice da competição. Agora, o processo será analisado em última instância pelo STJD.



O caso chegou a entrar na pauta de julgamento, mas foi retirado e ainda não tem nova data definida para análise. A decisão poderá ter impacto direto na composição dos participantes da próxima edição do Campeonato Alagoano.

Entenda o caso

Na denúncia, o Desportivo Aliança aponta que Henrique Capela não cumpriu uma suspensão de quatro partidas aplicada pelo TJD/AL, quando ainda defendia o Penedense. Segundo o clube, o atleta teria atuado pelo Sporting sem cumprir integralmente a penalidade.

A outra denúncia envolve o jogador Layan, do Zumbi, que foi expulso em uma partida da Copa Alagoas e recebeu suspensão de quatro jogos. O Aliança sustenta que o atleta não cumpriu a punição antes de entrar em campo pela Segunda Divisão do Campeonato Alagoano.

INVESTIGAÇÃO NO FUTEBOL



Imagens foram extraídas de celular do atacante do Vasco e utilizadas no processo que levou à prisão dos jogadores

Relatório da Polícia Civil reúne fotos de David e Hayner com armas pesadas em investigação sobre facção criminosa

O relatório final da investigação conduzida pelas polícias civis do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, no âmbito da Operação A Tropa, reúne fotografias dos jogadores David, do Vasco, e Hayner, do Vila Nova, exibindo armas de grosso calibre. As imagens foram utilizadas no processo que resultou na prisão preventiva dos atletas na última quinta-feira (26).

Segundo o documento, as fotografias foram extraídas de um iPhone 17 Pro Max apreendido com David e de arquivos armazenados na nuvem da Apple. O atacante aparece com pistolas de carregadores alongados, revólveres e uma arma semelhante a uma submetralhadora. Hayner, por sua vez, aparece segurando um fuzil com as iniciais "CV", sigla associada ao Comando Vermelho. Os dois são investigados por suposto envolvimento com a organização criminosa.

David Corrêa foi preso na manhã de quinta-feira (26), no Centro de Treinamento Moacyr Barbosa, na Zona Oeste do Rio. A Justiça capixaba decretou a prisão preventiva após identificar indícios de tentativa de interferência em depoimentos de testemunhas. Aos 31 anos, o atacante é réu por suspeita de financiar o tráfico de drogas e integrar uma organização criminosa, além de responder por obstrução de investigação. Ele também é investigado por suspeita de tentativa de homicídio e coação no curso do processo.

A juíza Cristina Eller Pimenta Bernardo, da 5ª Vara Criminal da Serra (ES), também determinou a prisão de Hayner, lateral-direito do Vila Nova. O jogador se apresentou à Polícia Civil em Goiânia. David foi detido enquanto treinava no CT do Vasco e transferido para o Presídio José Frederico Marques, em Benfica. Sua defesa classificou a prisão como "extrema e desnecessária" e informou que recorreria da decisão.

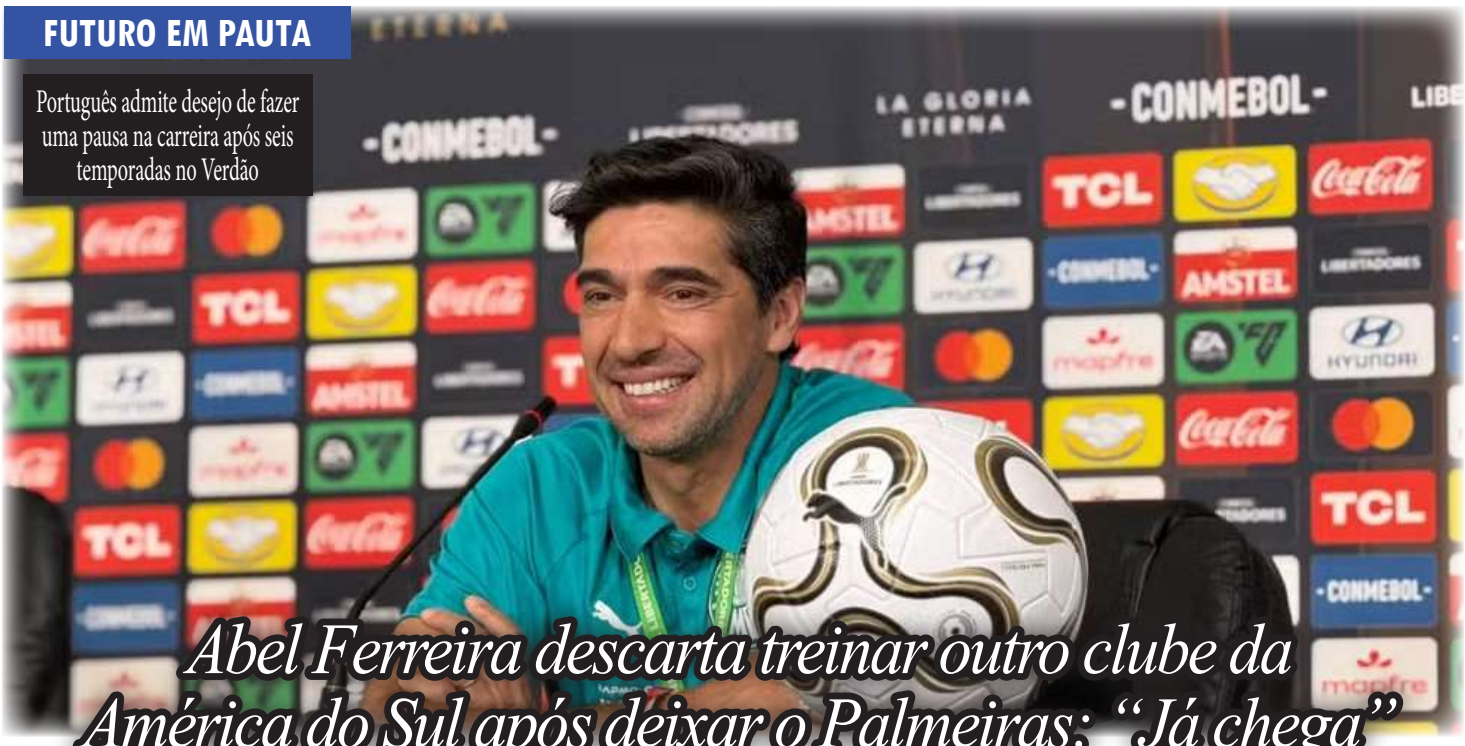
Entre as provas estão mensagens trocadas pelos jogadores entre 28 e 31 de julho de 2026, extraídas do celular de David, além de depoimentos de testemunhas. Em uma gravação, Hayner teria se referido a pessoas que prestaram declarações desfavoráveis ao grupo investigado e afirmou: "É pra matar os dois". Segundo o Ministério Público, a fala estaria relacionada a duas testemunhas do processo, uma delas vítima de tentativa de homicídio.

Em outras conversas, Hayner teria sugerido o roubo do celular de uma testemunha e mencionado uma oferta de dinheiro para que ela não acusasse um dos investigados. David, por sua vez, teria admitido oferecer dinheiro para que o caso fosse deixado de lado. Em depoimento no dia 6 de novembro, duas testemunhas relataram propostas de R$ 5 mil para alterar declarações em benefício dos jogadores. Para a Justiça, as mensagens indicam possível tentativa de interferência na produção de provas.

As defesas contestam as acusações. Os advogados de David afirmam que as mensagens foram retiradas de contexto e destacam que uma das testemunhas havia negado anteriormente ter recebido dinheiro. Já a defesa de Hayner questiona a necessidade da prisão preventiva e afirma que as conversas não demonstram risco às testemunhas. Em nota divulgada pelo Vila Nova, o lateral reafirmou sua inocência.

FUTURO EM PAUTA

Português admite desejo de fazer uma pausa na carreira após seis temporadas no Verdão



Abel Ferreira descarta treinar outro clube da América do Sul após deixar o Palmeiras: "Já chega"

O técnico Abel Ferreira descartou a possibilidade de comandar outra equipe da América do Sul depois de encerrar seu ciclo no Palmeiras. Em entrevista concedida na véspera da final da Conmebol Libertadores, o treinador português reagiu com bom humor ao ser questionado por um jornalista argentino sobre a possibilidade de assumir um clube do país.

"América do Sul já chega (risos). Me desculpem os brasileiros, mas na Libertadores eu me acostumei a ver Boca Juniors e River Plate, River e Boca, sempre. Lembro que, quando era treinador do Braga, tinha treino e faltaram jogadores para ir a Madrid ver Boca x River", afirmou, ao recordar a final de 2018.

Há seis temporadas no Palmeiras, Abel tem contrato com o clube até o fim de 2027, último ano da atual gestão de Leila Pereira. Uma possível renovação dependerá também do cenário político do clube, que passará por um processo eleitoral no próximo ano.

Apesar do vínculo, o português já manifestou a intenção de interromper a rotina de trabalho e aproveitar um período ao lado da família. Segundo ele, a prioridade após deixar o futebol brasileiro será retornar à casa dos pais e reencontrar familiares que vê poucas vezes ao longo do ano.

"América do Sul já chega. A minha intenção depois do Palmeiras é ir para a casa dos meus pais, ver quem está do outro lado e que só vejo no Natal. Espero só vê-los após 16 de dezembro. Brasil chega, Palmeiras chega. Desde que sou treinador profissional não parei um ano. Poucas pessoas sabem a quantidade de jogos como atleta e treinador", completou.

Enquanto o futuro permanece em aberto, Abel se prepara para disputar sua quarta final de Libertadores em seis anos à frente do Palmeiras. O clube busca o tetracampeonato continental neste sábado, diante do Estudiantes, da Argentina, às 17h (de Brasília), no Estádio Centenário, em Montevidéu, no Uruguai.

RECORDE MUNDIAL

A brasileira Keyla Barros conquistou duas medalhas de ouro na primeira edição dos Jogos Pan-Americanos Virtus, disputados no México. O principal resultado veio nos 800 metros da classe T20, destinada a atletas com deficiência intelectual, prova em que estabeleceu o novo recorde mundial, com 2min14s30. A piauiense também venceu os 400 metros e agora se prepara para o Mundial de Atletismo Paralímpico de 2027, no Uzbequistão.



CORTE DE GASTOS

A CBF prepara uma série de medidas para reduzir despesas em 2027, diante da queda de receitas provocada pelo fim da operação das casas de apostas no Brasil. Entre as mudanças estudadas estão a redução das equipes de arbitragem por partida, cortes nos custos logísticos das delegações e alterações nos torneios de base. A entidade também não descarta suspender outras competições, após confirmar que a Copa Sul-Sudeste não será disputada na próxima temporada.



DISPUTA INTERNA

O brasileiro Gabriel Bortoleto espera encerrar a temporada 2026 da Fórmula 1 sem novos problemas de confiabilidade no carro da Audi. Após enfrentar quebras nas últimas etapas, o piloto afirmou que prefere concentrar esforços na preparação para as corridas. Sobre a disputa próxima com o companheiro Nico Hulkenberg, Bortoleto brincou que uma batida entre os dois pode acontecer. A dupla já protagonizou momentos de tensão nas pistas do Canadá, Azerbaijão e Holanda.

DEBATE NACIONAL

O presidente do ASA, Rogério Siqueira, participará de uma mesa-redonda com dirigentes de ABC, Juventude e Novorizontino durante a Confut Nordeste, realizada entre 8 e 10 de dezembro, no Recife. O encontro discutirá os desafios administrativos e esportivos enfrentados por clubes após conquistarem o acesso. Entre os temas estão montagem de elencos, investimentos e estrutura. O dirigente alvinegro também pretende compartilhar experiências e ampliar oportunidades de negócios para o clube alagoano.



A NOTÍCIA

INFORMAÇÃO QUE FORMA.
JORNALISMO QUE TRANSFORMA.

NÃO SOMOS PERFIS. SOMOS CONTEÚDO.



Enquanto as redes vendem versões, os jornais entregam fatos.

Não publicamos o que viraliza — divulgamos o que importa.

O que incomoda interesses, fortalece a sociedade.

Menos ruído. Mais apuração.

SAIA DAS REDES. | **LEIA JORNAIS.** | **ENTENDA A REALIDADE.**

Em um mundo de opiniões rápidas e informações rasas, o jornalismo profissional é o que conecta você à realidade.

Valorize quem apura. Valorize quem informa. Valorize o jornal.

A NOTÍCIA
INFORMAÇÃO QUE FORMA. JORNALISMO QUE TRANSFORMA.